

O Patriarcado e a Mão-de-obra Escrava no Brasil do Século XIX: Uma Perspectiva Literária

Bethânia Cristina Gaffo

A história se apresenta como um campo de possibilidades. Desde a Escola dos Annales, estas possibilidades são discutidas e abordadas de forma a colocá-la em diálogo com outras disciplinas. Partindo desta concepção da Nova História, o presente artigo se utiliza da literatura como uma fonte para a pesquisa historiográfica.

O romance publicado em 1954 por Cornélio Penna intitulado “A Menina Morta”, nos permite compreender a estrutura social vigente no século XIX no Brasil, principalmente em se tratando da fazenda de café e do pensamento do homem inserido neste contexto econômico, político e social.

Por meio deste romance é possível observar a maneira como se organizava a fazenda de café do Vale do Paraíba no século XIX. Nele estão presentes as formas de dominação desta sociedade assim como a forma de organização social, o sistema escravocrata, o pensamento e os sentimentos daquele que habitava este contexto histórico.

Ao retratar o cotidiano vivido pelos personagens na fazenda de café, Cornélio Penna através de uma nova forma de literatura, nos oferece importantes ferramentas para a construção de uma história social do século XIX no Brasil, principalmente no que se refere aos costumes e formas de pensar, viver e até mesmo os valores do homem que vivia neste espaço e neste período da história brasileira. A leitura e análise de “A Menina Morta” de Cornélio Penna tornou possível a utilização de outras possibilidades de fontes para o trabalho historiográfico. Imbuído de rico material psicológico o romance nos faz refletir acerca de uma história contada a partir de um romance de ficção em que os personagens se tornam atores de uma realidade vivida no Brasil da época.

A fazenda pôde ser amplamente retratada em todos os seus aspectos, desde as relações sociais estabelecidas em seu interior até as questões introspectivas vividas e pensadas por cada ator deste enredo. Nesta perspectiva, o romance se torna uma importante ferramenta de investigação quando se trata em traçar um perfil do homem que viveu esta época do Brasil.

Na obra de Cornélio Penna é possível ainda, perceber certo tom de denúncia, pois ao retratar o cotidiano da fazenda expõe as atrocidades acometidas pelos senhores e seus capatazes em relação aos escravos.

Mais do que uma obra de ficção, o romance se torna um objeto de investigação, trazendo para o campo da historiografia uma nova possibilidade de pesquisa que o enriquece e o torna um campo maior de estudos sobre as aspirações e ações humanas na história.

Palavras - Chave: Cornélio Penna, literatura, história.

Na década de 1870 havia certa fixação por retratar a vida senhorial do Brasil cafeeiro. Este interesse não se restringia somente em tratar da vida senhorial, como também de sua ruína. Em “O Tronco do Ipê”, de José de Alencar (1871) esta sociedade, além de ser retratada por seus costumes, representa a memória de uma sociedade aristocrática que começava a vivenciar sua própria ruína. Rogério Ivano aponta para o fato de que se na década de 1850 podemos constatar o auge do café, duas décadas depois já vemos a sua ruína (IVANO, 2005:19). Esta ruína trás à tona um sentimento de melancolia presente nos romances publicados na época. Para Ivano, esta ruína seria uma nova forma de percepção que os autores desenvolviam, entendendo melhor a sociedade e se conscientizando das reais condições que o país se encontrava.

Outra questão importante que Ivano nos aponta é que mesmo possuindo suas bases sólidas, tirando proveito de sua autonomia em produzir os próprios meios de subsistência, a fazenda não se mantinha por si só, ela dependia das mãos do dono para que se fortalecesse e conseguisse produzir, além de sua própria subsistência, a sua própria riqueza. Estas informações são retiradas de dois romances “A Mocidade de Trajano” de Visconde de Taunay (1871) e “O Tronco do Ipê” (1871), romances que, assim como “A Menina Morta”, fornecem elementos de fundamental importância para compreender o sistema de produção da sociedade brasileira da época e que também tinham o intuito de retratar a sociedade assim como a ruína do sistema colonial.

“A Menina Morta” (1954) nos trás um amplo quadro do que seria a vida dentro dos limites da fazenda de café, trazendo à tona inúmeras características sobre o sistema escravocrata do Brasil cafeeiro. Para Luis Costa Lima (1989), este teria sido o romance que melhor retrata este período da história da escravidão no Brasil. Para ele, a obra representa uma narrativa de pesadelo ao retratar a fazenda que, isolada da comunicação e do contato, causam medo tanto nos personagens que fogem como no leitor. Aqueles que se interessam pela leitura do romance estariam realmente interessados e preocupados com a literatura brasileira.

Cornélio Penna em “A Menina Morta” (1954), procura contrariar a imagem que era disseminada no país, a de uma identidade nacional coesa e harmônica. “O Brasil está estilhaçado por uma história violenta, produtora de um mosaico que, mal unido, não forma mais que uma imagem geográfica. Um mapa com fronteiras externas e sobretudo internas que dividem grupos étnicos e sociais representando papéis rígidos, com pouca ou nenhuma mobilidade” (SANTOS, 2005: 87).

Seria impossível tratar do Brasil como um país coeso, possuidor de uma identidade nacional, onde todos se entendiam como pertencentes ao mesmo território, onde todos possuíam este sentimento de pertença quando, na realidade, o que havia eram inúmeras diversidades sociais, marcadamente preconceituosas e uma sociedade repleta de fronteiras culturais previamente estabelecidas pelos próprios habitantes do país. Neste sentido, Josalba F. dos Santos (2005) nos leva a pensar sobre a denúncia crítica por parte de Cornélio Penna em relação à sociedade em que vivia

Em “A Menina Morta” (1954) havia “um interesse concreto do escritor em tratar o Brasil enquanto tema, enquanto um projeto de escrita literária na busca de revelações e de conhecimento.” (SANTOS, 2005: 79). De acordo com a autora, Penna pode ser considerado um colecionador, pois narra em seus romances histórias contadas por seus parentes e, neste sentido, eram importantes não somente por pertencerem à sua família, mas por narrar momentos da história do Brasil. Desta forma, a memória do Brasil estava presente em suas obras.

A leitura e a análise de “A Menina Morta” permitem o contato do leitor com uma realidade social do Brasil no período do café. Desta forma, sua contribuição para a história se concretiza nas características que Cornélio Penna utiliza para apresentar os seres que compõem o enredo e em retratar as memórias contadas por seus parentes em vida. Diversos

elementos encontrados no romance podem ser aproveitados para uma pesquisa histórica em relação ao período.

A primeira característica que se faz presente na obra seria o patriarcalismo. Na sociedade do café, a submissão era total em relação ao senhor, grande proprietário da fazenda e dos homens. Esta submissão seria tanto por parte de sua esposa, filhos e parentes, quanto daqueles que serviam de mão-de-obra para o trabalho na lavoura. Do senhor partiam todas as ordens e as permissões.

Era o dono do Grotão, de volta de sua quotidiana ronda pelos principais pontos de trabalho da propriedade, e tudo se animava à sua passagem, de cada lado das estradas. Mesmo de longe distinguiam o ruído inconfundível dos cascos de seu cavalo, e imediatamente os negros redobravam os golpes das enxadas e das foices, excitados pelas exclamações de encorajamento dos feitores e capatazes, e o trabalho atingia seu paradoxismo quando ele chegava perto e se detinha por alguns instantes (PENNA, 1970: 19).

Neste fragmento há uma série de características de como seria o funcionamento da fazenda de café. Primeiramente, todos obedeciam às ordens do senhor, este nomeava seus capatazes que tinham por função supervisionar e ordenar o trabalho na lavoura, trabalho escravo que era realizado por negros. No trecho, o senhor realiza uma ronda em sua fazenda, demonstrando que este possuía total domínio sobre seus trabalhadores e que cuidava pessoalmente de seu vasto patrimônio. É possível ainda perceber que o meio de transporte utilizado na fazenda eram os cavalos.

A fazenda não só abrigava a família de seu senhor, como também outros parentes que por diversos motivos ficaram desamparados, sem lar e sem dinheiro. “Celestina, sua ajudante, era a parenta pobre, a prima recolhida no Grotão, vinda depois da morte de seus pais, criadores de gado perdidos com a chegada do café em sua região” (PENNA, 1970: 15).

Estes também obedeciam às ordens do patriarca, pois viviam sob o seu teto e comiam de seu alimento. No caso do romance em questão, os abrigados eram mulheres, algumas primas do senhor, outras primas da senhora. Estas cultivavam um sentimento de submissão também em relação à senhora, esposa do proprietário.

A fazenda é representada como o local de moradia, mas também o local onde o sistema patriarcal se materializava. Nela estão representadas diversas características da sociedade brasileira do período do café. Consistia no local onde abrigava, além de classes sociais distintas, diversas nacionalidades entre negros, europeus e descendentes de europeus nascidos no Brasil. O trecho a seguir é exemplo da presença de pessoas de outras nacionalidades morando na fazenda e também de que havia uma aculturação, pois mesmo vindo de outro país, se adaptavam ao estilo de vida do Brasil. “A senhora de meia idade a quem chamavam ‘dona frau’ devia ser alemã pela cor dos olhos e da pele, mas vestia-se tal como as fazendeiras brasileiras o faziam e trazia enfiada nos cabelos certa agulha muito grossa e longa”. (PENNA, 1970: 5).

Robert Slenes, em “Senhores e Subalternos no Oeste Paulista” (1997), apresenta um retrato desta sociedade, dizendo que o oeste paulista do século XIX era marcado por relações de poder estabelecidas entre o senhor, proprietário da grande fazenda e seus subordinados.

Assim como aparece no romance, Slenes (1997) afirma que as relações de poder deste período conferia ao homem o papel de dominação e à mulher o caráter subalterno (SLENES, 1997). Sob as ordens do senhor não estava apenas sua família, mas também os escravos que trabalhavam na fazenda.

Robert Slenes (1997) nos fala de um sistema diferente de incentivos presente na fazenda. Havia por parte dos senhores um incentivo para que os escravos estabelecessem laços de parentesco, desta forma, o estabelecimento de vínculos afetivos fazia com que os escravos formassem famílias e tivessem filhos, diminuindo o desejo de rebelião ou de fuga da

fazenda, pois precisavam garantir condições mínimas de subsistência para a sua família. Afinal, em troca do trabalho que exerciam recebiam alimentação, roupas e abrigo. Por estarem em um país estrangeiro não tinham outra saída a não ser permanecer na fazenda e garantir a vida de sua família. Desta forma se tornavam reféns dos próprios laços que estabeleciam e, por consequência, do próprio sistema escravista. “A fuga individual, por exemplo, passava a representar para o escravo casado a perda do contato constante com entes queridos e de uma pequena economia doméstica familiar” (SLENES, 1997: 276).

Outra forma de incentivo seria a fiscalização. O senhor realizava rondas pela fazenda com o objetivo de observar o trabalho realizado pelos escravos. Estes, com a aproximação do senhor, intensificavam seu esforço físico com a finalidade de valorizar seu trabalho, que era desvalorizado. “Não era o medo que os fazia agir assim, mas o instintivo desejo de valorizar a sua fadiga, de dar impressão afirmativa do fecundo esforço despendido ao patriarca que os vinha observar” (PENNA, 1970: 19).

O trabalho realizado por escravos frequentemente supervisionados, consistia na base do sistema de dominação dentro da fazenda. A manutenção deste sistema garantia a sobrevivência da ordem patriarcal, assim como garantia a riqueza crescente daquele que detinha o poder, tanto da fazenda como dos trabalhadores. “A supervisão constante e o controle completo através da disciplina, ligados freqüentemente à punição brutal, eram considerados uma necessidade absoluta nas fazendas de café” (STEIN, 1990: 167).

A necessidade de controlar o trabalho que era realizado pela população escrava partia do interesse que o senhor possuía de garantir o máximo de empenho dos trabalhadores para que pudessem lhe dar o maior lucro possível. Por isto a fiscalização tinha por ferramenta a opressão sobre a população que trabalhava. Desta forma, “O funcionamento de uma fazenda variava diretamente em função da eficiência da mão-de-obra” (STEIN, 1990: 167).

Mesmo sendo um trabalho obrigatório, estes o realizavam com esforço, pois a outra forma diferente de incentivos de que Slenes nos fala seriam os castigos. O negro deveria cumprir com ardor suas atividades, caso contrário era brutalmente castigado. Os castigos eram aplicados também àqueles que tentavam fugir ou que desobedeciam às ordens do senhor, ou mesmo do feitor.

O velho parou, pesadamente, com os pés bem longe um do outro, o grande alcobaça ainda nas mãos, e disse-lhe com autoridade, engrossando talvez proposadamente a voz:

- Nenhum escravo ou escrava, negro algum da fazenda vai acompanhar o enterro, e se souber de alguém que desobedeça, receberá dez palmatoadas! Para alguns, ou para algumas, mandarei pôr um grão de milho na palma da mão [...] (PENNA, 1970: 31).

No fragmento é possível perceber que os escravos viviam sob a ameaça de serem castigados e por isto, na maioria das vezes, apresentavam comportamento submisso e obediente. Na década de 1870, um em cada doze cativos anunciados carrega, explicitamente, as marcas ou os grilhões da punição (SLENES, 1997).

Em seu artigo “O Corpo Supliciado: dores e horrores da escravidão negra na literatura brasileira”, Rogério Ivano (2009) apresenta o sistema de castigos em relação aos escravos como aquilo que garantia a manutenção da ordem escravista, pois mantinha sob submissão o corpo do escravo em relação ao seu senhor, desta forma, os castigos reforçavam o sistema patriarcal. No romance de Penna os castigos eram aplicados tanto aos homens como também às mulheres.

O feitor com uma praga gritou-lhes qualquer coisa que não entenderam. Entretanto já conheciam o que era, puseram-se todas no meio da grande quadra, elas mesmas desprenderam as pesadas camisas que lhe cobriam os bustos de formas opulentas e exageradas, e ficaram nuas até a cintura. Sabiam que não podiam receber palmatoadas como as outras porque então não poderiam lavar a roupa naquele dia porque ficariam com as mãos inchadas e sangrentas...e também não queriam rasgar

os vestidos que tinham de chegar até o dia de festa próxima, quando seriam feitas novas distribuições! (PENNA, 1970: 65)

Este fragmento é exemplo do quão cruel se configurava o sistema de coação dentro da fazenda de café. Não existia distinção sexual, homens, mulheres e crianças eram vítimas da violência a que os negros estavam submetidos no sistema escravista. Sobre a punição dos escravos que plantavam e colhiam o café, Stanley Stein afirma que o uso do chicote na aplicação dos castigos se devia ao interesse que o senhor possuía de fazer com que eles trabalhassem “mais arduamente e por mais tempo”. “[...] tinha que ser reprimido e obrigado a trabalhar no horário sob pena de punição, com vigilância e disciplina rígida, forçados a dormir em alojamentos trancados, proibidos de se comunicarem com escravos de fazendas próximas e desprovidos de todas as armas que possuísem (STEIN, 1990: 171).

O domínio sobre o corpo do escravo não se fazia presente apenas nos castigos ou na exploração do trabalho, mas também na comercialização. O senhor se desfazia de um escravo quando bem entendesse, assim como adquiria novos escravos comprando estes em mercados. “Nunca sentira tristeza tão grande e tão estranha, nem mesmo quando fora vendido pelos seus antigos senhores, pois não nascera ali, e sim muito abaixo do rio, na humilde “situação” onde os donos morenos e pobres quase se confundiam com os escravos” (PENNA, 1970: 9).

O comércio de escravos era uma atividade constante entre os fazendeiros de café. Tendo por base o sistema de mão-de-obra escrava negra os senhores compravam os escravos em mercados ou de viajantes. Tomavam o cuidado de comprar aqueles que melhor lhes serviriam na lavoura, os que aparentemente possuísem maior força e melhor saúde.

Um ex-escravo relatou que foi criado numa fazenda de algodão e mamona no Maranhão. Temeroso de que houvesse uma emancipação repentina sem recompensa, o amo vendeu-o a um negociante de escravos em viagem que, por sua vez, vendeu-o a um comissário na cidade de São Luiz do Maranhão. Ele e outros escravos lá permaneceram até que um número suficiente fosse reunido e então embarcaram num navio a vapor e desembarcaram na praia de Niterói, defronte do Rio de Janeiro (STEIN, 1990: 102).

Ainda sobre o comércio de escravos, Stein (1990) afirma que ao chegarem nas fazendas para serem oferecidos aos senhores para serem comprados, estes eram enfileirados “como gado” (STEIN, 1990: 102) para que o feitor fizesse uma inspeção e escolhesse os que apresentavam melhor estado de saúde física e que lhe pudesse render um bom trabalho nos cafezais. Depois de escolhidos, davam novos nomes a eles e eram levados às senzalas.

Até que o fim do tráfico de escravos forçasse os fazendeiros a cuidar mais das necessidades físicas de seus escravos a fim de prolongar a sua vida produtiva, eles procuravam trabalhadores para o campo que pudessem dar tudo de si de maneira eficiente e os substituíam por novas levas. Sob tais circunstâncias, os fazendeiros preferiam homens a mulheres, pois durante o final da gestação e meses após o parto não se podia contar com o trabalho feminino nos campos e nas encostas de café (STEIN, 1990: 108).

Na maioria das vezes o senhor preferia comprar escravos que fossem trazidos de diferentes regiões de seu país de origem, pois possuíam línguas e dialetos diferentes, desta forma, não estabeleciam muita comunicação e não conseguiam organizar rebeliões.

A parte da senzala que era habitada pelas negras solteiras, logo que o sol iluminou as grades das janelas que davam para o vale, tornou-se movimentada. Mulheres de chimangos quase brancos muito presos de fora, falavam em voz baixa e gesticulavam nervosamente. Algumas delas mais velhas diziam palavras africanas na excitação em que estavam e não se compreendiam porque eram de diversas nações e haviam sido escolhidas já de propósito assim para que não formassem grupos à parte, com linguagem secreta de uma só algaravia (PENNA, 1970: 61).

Após anos de convivência e já habituados com a língua local, conseguiam se comunicar, porém já haviam se tornado reféns do sistema e dificilmente se arriscavam em eventuais tentativas de fuga.

No romance é possível identificar também que mesmo vivendo em país estranho, com práticas diferentes das suas, os negros escravos continuavam praticando seus ritos e costumes. “Correram todos para os seus postos, mas pouco tiveram que fazer, pois os negros estavam, os da casa na capela, os do eito em suas senzalas, onde alguns deles celebravam, às escondidas, os ritos africanos da morte” (PENNA, 1970: 32).

Neste trecho é possível identificar que o trabalho era dividido entre os escravos. Aqueles que trabalhavam na lavoura não freqüentava o ambiente da casa. Os que trabalhavam na casa eram denominados “escravos de dentro”. Entre os escravos de dentro, em sua maioria mulheres, havia as que exerciam as funções de mucama auxiliando a senhora na hora de se vestir, de lhe servir as refeições e também lhe servindo de companhia quando precisava sair da fazenda e havia aquelas que cuidavam da cozinha e dos afazeres domésticos como a limpeza da casa e das roupas. De acordo com Stanley Stein (1990), “as senhoras sabiam que não podiam mandar uma cozinheira realizar outras tarefas domésticas” (PENNA, 1970: 175), pois cada qual estava incumbida de exercer suas tarefas, não aceitando trabalhar em outras atividades, e muitas vezes se rebelando contra as senhoras que a obrigavam.

O plantio e a colheita do café não era somente função dos escravos homens. Mulheres e crianças também participavam do trabalho braçal na lavoura, como pode ser identificado no trecho a seguir.

E todas olharam ao mesmo tempo para o quadrado, pois chegavam os três grupos de escravos que iniciavam a colheita, na escolha dos primeiros grãos maduros do café. Na frente vinham as negras com os grandes balaios cheios de frutas ainda salpintadas de preto e de escarlata, e logo seguidas pelos homens que traziam dois ou três cestos superpostos em altas Tórras, acompanhados pelos tombadores de conta dos eitos. Fechavam o cortejo mulatas gordas, que traziam nos ombros os paus das barracas enrolados na lona grossa, e samburás com latas e garrafas destinadas ao leite dos negrinhos e aos refrescos, acompanhadas por moleques e meninas em desabrida algazarra, com pequenos sacos às costas (PENNA, 1970: 136).

O relacionamento estabelecido entre negros e brancos se configurava de forma hierárquica. Ao negro cabia o papel de trabalhar e obedecer às ordens do senhor, da senhora ou de seu feitor. “Ninguém lhe dissera nada, pois negro não precisa saber do que se passa com os senhores, mas logo suspeitara ser desgraça completa, pois lá se fora a alegria, o enfeite daquelas salas grandes, daqueles pátios de pedra, agora sinistros, desmedidos, e também mortos sem remédio” (PENNA, 1970: 11).

O trecho apresenta de forma clara o relacionamento entre brancos e negros. Negro não participava dos diálogos, era comprado para servir, não devendo se intrometer na vida de seu senhor.

Em outro fragmento é possível perceber o cuidado que deveriam ter para realizar a vontade do senhor.

Deviam andar pelos campos sem cultura para evitar sempre, com todo o cuidado, os eitos, porque a Sinhá não gostava de ver os negros no trabalho, e dava ordens ríspidas quando viam ao longe o grupo de homens, seguidos pelo capataz, ou ouviam trazido pelos ventos o canto lamentoso dos que cavavam (PENNA, 1970: 12).

Neste fragmento, o negro que conduzia os cavalos deveria andar por onde a senhora não via os negros no trabalho. Deveria tomar todo o cuidado para não desobedecer às ordens de sua senhora. Também é possível perceber que os negros traziam de sua terra seus costumes, enquanto trabalhavam entoavam cantos e também acreditavam que algumas pessoas traziam sentimentos ruins aos animais e praticavam rituais que evitassem este tipo de má intenção de eventuais visitantes no Grotão. “Depois da retirada do tratador os negros iam queimar ervas na cocheira e nos estábulos, convencidos de que ele lançava sorte nos pobres animais, que não estavam doentes e ficavam logo com alguma coisa depois da sua retirada” (PENNA, 1970: 127).

Outro aspecto importante presente no romance é a substituição lenta dos trabalhadores negros por trabalhadores imigrantes.

Era já a época da colheita, e ao longe surgiam os bandos de homens e mulheres de roupa branca com listas de cores muito vivas, todos de cabeça coberta, ocupados em derriçar os galhos e enchiam os grandes cestos pousados junto de cada um. Trabalhavam em silêncio, mas de vez em quando erguia-se uma voz em grito prolongado entre gemido e uivo, sem palavras, a cortar o ar tal afiada faca, tão espessa e pesada estava a atmosfera, carregada de perfumes dos arbustos maltratados por aquelas mãos que se levantavam e abaixavam em movimentos ritmados. De espaço a espaço, muito longe, lenta canção portuguesa se ouvia em outra tonalidade inteiramente diferente, e essa modulada com melancolia...eram os brancos que cantavam sua saudade da terra lá longe! (PENNA, 1970: 131)

A alta tributação cobrada sobre o tráfico de negros e mais tarde a proibição deste tráfico levou os senhores a buscar outra forma de mão-de-obra e viram no imigrante um trabalhador em potencial para as suas terras. “Foi só a partir de 1881, com a alta tributação sobre o tráfico interno para o Sudeste e a crise da escravidão, que os fazendeiros voltam-se seriamente para trabalhadores imigrantes” (SLENES, 1997: 249).

Essa substituição da mão-de-obra escrava por trabalhadores assalariados ocorreu de forma lenta, afinal, mesmo com a proibição do tráfico de escravos vindos da África, a mão-de-obra negra não diminuiu de imediato nas fazendas, pois os escravos continuavam migrando das regiões do norte para o sudeste do Brasil (STEIN, 1990: 55).

Stanley Stein (1990) também nos apresenta a substituição dos escravos vindos da África por trabalhadores assalariados.

Após o fim do tráfico transatlântico de escravos (1850), foram feitas tentativas em grande escala para a introdução de trabalhadores estrangeiros, tanto europeus quanto asiáticos, nas áreas de cultivo do café das províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Sem dúvida a supremacia da grande propriedade por todo o Vale do Paraíba assim como no município de Vassouras influenciou profundamente o curso dos empreendimentos colonizadores, pois os fazendeiros aceitaram a nova força de trabalho que chegou na década de 1850 e em décadas posteriores somente numa base compatível com grandes propriedades (STEIN, 1990: 87).

Mesmo com a substituição de negros por brancos, a subordinação continuou. O sistema consistia em uma subordinação do trabalhador para com o seu senhor independentemente da cor da pele que ele possuía. O que modificou foi o modo de exploração da mão-de-obra que passou a ser assalariada e os castigos que foram banidos.

Robert Slenes (1997) chama a atenção para um fator importante que diz respeito à relação entre negros e seus senhores, os abusos sexuais praticados pelos senhores em suas negras mudaram o quadro social na vida privada. Os filhos das negras com seus senhores tornavam-se donos de suas próprias mães, ou seja, estas negras eram escravas de seus próprios filhos, pois muitos deles ao nascer eram alforriados pelo senhor, seu pai.

Por mais que outros laços eram estabelecidos entre os negros cativos e seu senhor, o laço com os seus de origem jamais era desfeito, tendo em vista que, mesmo aqueles que recebiam o privilégio da alforria, era muito difícil que estes pudessem levar uma vida comum longe das privações e dotados de total liberdade. Estavam presos ao mundo de obediências e castigos, se não ao seu senhor, então ao seu patrão ou até mesmo à hierarquia imperante da época.

Outra questão importante que Slenes (1997) nos aponta é situação precária de vida dos escravos dentro da fazenda.

Retrata-se a precária situação de saúde da população cativa. As taxas de mortalidade escrava em Campinas no período sugerem uma expectativa de vida, ao nascer, de dezenove a 26 anos, ou de mais de 34 a 38 para quem conseguisse chegar aos dez anos de idade. Vislumbram-se, ainda, as práticas médicas da época [...] No caso a receita era de “pouca dieta” [...] em outros casos podia ser a sangria-

como numa fazenda em que o barbeiro aparecia com alguma frequência para aplicar “bichas” (sanguessugas) em escravos doentes (SLENES, 1997: 259).

Além de formarem a base do sistema de dominação e de obtenção de lucros, a obtenção de escravos dizia respeito também ao valor da riqueza do senhor que os possuía, pois a coroa concedia sesmarias àqueles que apresentassem certo número de cativos para trabalhar nas fazendas. “A vinculação de terras a escravos, os pilares da sociedade agrícola, não era apenas fortuita. A mão-de-obra escrava não era indispensável somente no trabalho da terra; o número de escravos havia sido um pré-requisito na obtenção de sesmaria da coroa portuguesa” (STEIN, 1990: 83).

É importante destacar que as fazendas de café foram durante muito tempo, principalmente por volta de 1830, o alicerce em que se baseavam as finanças do Império, pois este tinha suas finanças apoiadas na prosperidade dos cafeicultores. “Em 1848, aproximadamente 60% do imposto de contribuição de Vassouras para a província do Rio vinham de um imposto sobre a venda de escravos” (STEIN, 1990: 93).

No romance é possível identificar também, as atividades desempenhadas no interior da fazenda. Ao homem cabia a função de administrar a fazenda cuidando do trabalho que nela era realizado e da alimentação de todos que lá viviam. Às mulheres cabia a execução das atividades realizadas dentro da casa. Estas governavam as mucamas para que realizassem seu trabalho da melhor forma possível e também se empenhavam em suas orações e bordados.

As senhoras trariam os seus bordados finos, os lenços para neles serem abertas as bainhas de olho ou pregadas as rendas finíssimas vindas de Bruxelas ou Malinês e as negras já estavam sentadas em seus bancos abertos em ângulo, tendo no regaço as almofadas onde os bilros dançavam ágilmente (PENNA, 1970: 47).

A religiosidade também se faz presente em diversos momentos do romance. Havia a capela onde realizavam as orações em comunidade, ou seja, entre os que moravam no Grotão e que também servia para refúgio quando alguém necessitava ficar só para suas preces individuais. Além da capela, as orações eram realizadas no quarto antes de dormir.

Com viva surpresa verificou ser o fazendeiro em pessoa quem dirigia a prece da noite, e ajoelhara-se diante do oratório com seu grande lenço branco nas mãos. [...] Ainda na porta, Dona Virgínia viu o grupo formado por êle, poucos passos à frente dos outros e logo seguido pelos quatro homens hóspedes então da fazenda. Mais atrás, as senhoras vestidas todas de negro, e formavam a vanguarda das mucamas de dentro, uniformizadas de xadrezinho preto e branco com as cabeças ocultas pelos lenços em harmonia com as rendas das mantilhas postas nos cabelos das parentas e da governante (PENNA, 1970: 120).

Mesmo no momento das orações a hierarquia se fazia presente e o local que cada um ocupava dizia respeito ao papel que possuía dentro da sociedade em questão. O senhor, grande proprietário, sempre à frente, seguido pelos demais homens que habitavam a fazenda, mais atrás as senhoras reunidas e pajeadas por suas mucamas, as escravas de dentro.

De maneira geral, o romance em questão permite um estudo detalhado da vida na fazenda assim como do pensamento daqueles que viviam aprisionados na sede do sistema de produção da sociedade do café. Sistema este que apresentava bases sólidas e que trouxe muitas riquezas para os senhores que plantavam café em suas fazendas. Não somente gerou riquezas para os senhores como também para o Império que baseava sua renda nos impostos altíssimos cobrados em cima da produção dos fazendeiros.

Este sistema representou um período de grande prosperidade econômica para determinada parcela da população e também intrincoou uma rede de relações baseadas em regras e distinções tanto no que dizia respeito à cor da pele, quanto à posição social que ocupava neste cenário de hierarquia rígida. Mesmo com suas estruturas rígidas, o sistema possuía certas “rachaduras” e enfrentava o declínio e mesmo o rompimento de sua ordem de origem, a ordem patriarcal.

Desta forma o romance “A Menina Morta”, além de nos apresentar com detalhes este cenário econômico da história do Brasil, nos apresenta também os sentimentos,

pensamentos e comportamentos daqueles que viviam esta época, nos oferecendo elementos de grande importância para a pesquisa histórica da sociedade em questão.

Referências Bibliográficas

PENNA, Cornélio. *A menina morta*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1970.

IVANO, Rogério. O Corpo Supliciado: dores e horrores da escravidão negra na literatura brasileira. In: *Histórica: Revista online do Arquivo Público de São Paulo*. São Paulo, n.36. jun, 2009. Disponível em:
<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao36/materia03/>.

IVANO, Rogério. *Negro e Amargo: vestígios da história no “romance do café”*. (tese); (doutorado em história)-Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Assis, 2005. p. 19. Acesso em: set, 2008.

LIMA, Luis Costa. Sob as trevas da melancolia: o patriarcado em *A Menina morta*. In: *A Aguarrás do Tempo, estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989. p. 239-281.

SANTOS, Josalba Fabiana. Metáforas da Nação: Cornélio Penna e Gilberto Freyre. *Revista Letras*, nº 66. Curitiba: UFPR, maio/ago 2005.p 77-89.

SLENES, Robert. Senhores e Subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, Luis Felipe. *História da Vida Privada No Brasil*. Vol. 2. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p. 235-290.

STEIN, Stanley J. *Vassouras um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 55-110, 167-182.